

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGLER PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1949-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Inteligência sem controle



Se nem o presidente da República está tranquilo com a atuação da Abin, nenhum cidadão tem razão para dormir em paz sabendo que seus direitos e garantias fundamentais podem ser violados

Como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), instituído pela Lei 9.883/1999, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tem uma atribuição específica e relevante para o País: fornecer ao presidente da República e aos ministros de Estado informações e análises estratégicas que possam instruir o primeiro escalão do governo federal no processo decisório.

À luz do interesse nacional, portanto, a Abin é um órgão fundamental na estrutura do Poder Executivo. O traba-

lho de seus servidores, se bem feito, garante que as decisões tomadas pelo presidente e seus auxiliares diretos – decisões que afetam não só a vida de 210 milhões de brasileiros, mas também a posição do Brasil em questões geopolíticas – estejam consubstanciadas pela verdade dos fatos e resultem de uma abrangente reflexão que leve em conta os pormenores de cada situação que demande a intervenção do Palácio do Planalto.

Como a imprensa tem revelado, essa Abin republicana parece ter deixado de existir. Hoje, não é seguro afir-

mar que a Abin seja um órgão que se preste exclusivamente ao estrito cumprimento de sua finalidade legal, agindo “com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado”, como determina o artigo 3.º, parágrafo único, da referida lei.

A Polícia Federal (PF) investiga a grave suspeita de que, durante o governo de Jair Bolsonaro, a Abin tenha sido transformada, como dissemos, num arremedo de SNI para servir aos interesses da família do ex-presidente, e não do País. No governo de Lula da Silva, por sua vez, não se tem presente a relação de confiança que há de haver entre os agentes que produzem informações sensíveis para a tomada de decisão e as autoridades que devem recebê-las, a começar pelo chefe de Estado e de governo.

No dia 30 passado, Lula demitiu o diretor-adjunto da Abin, Alessandro Moretti, o segundo na hierarquia do órgão. Sobre Moretti paira a suspeita de manter ligações com o ex-diretor da agência e deputado bolsonarista Alexandre Ramagem (PL-RJ), a fim de repassar-lhe informações sigilosas colhidas pela Abin sobre temas de interesse do clã Bolsonaro. Em meio a essa onda de paranoia e desconfiança, há quem defenda até a demissão do atual diretor da agência, Luiz Fernando Corrêa. Afinal, foi dele a decisão de nomear Moretti como seu diretor-adjunto.

Seja qual for o novo organograma da Abin, o fato é que, transcorrido

mais de um ano do governo Lula, permanece o evidente descontrole do País sobre seu aparato de inteligência, como se seus membros pudessem agir como bem entendessem e dessem obedecer a ordens flagrantemente ilegais. É uma obviedade, mas vale ressaltar: num país democrático, agente de inteligência não é espião a serviço do governante de turno. Essa subversão até pode render bons roteiros de cinema. Na vida real, é uma afronta à democracia e à ordem constitucional, além de um risco para os cidadãos. Ora, se nem o presidente da República está tranquilo com a atuação da Abin – ou Lula não teria ordenado a demissão de seu diretor-adjunto –, nenhum cidadão tem razão para dormir em paz sabendo que seus direitos e garantias fundamentais podem ser violados.

O descontrole se manifesta em situações comezinhas. Na operação que cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços de Ramagem, a PF recolheu um notebook e um celular da Abin em posse do atual deputado, malgrado o fato de ele não fazer parte do órgão de inteligência desde março de 2022. Questionada pelo **Estado**, a Abin afirmou que “não deu falta dos equipamentos”, pasme o leitor, e que nem sequer deveria tentar reavê-los após a demissão de Alexandre Ramagem, pois “a responsabilidade de devolver o material era do então diretor”. Ou seja, o órgão central do Sisbin admite não ter cuidado com ativos que podem carregar informações sensíveis que deveriam ser secretas. É uma perigosa esculhambação. ●

O valor do diálogo político

Deveria ser a regra, mas é preciso celebrar quando adversários como Lula e Tarcísio deixam de lado as diferenças para viabilizar um bem para a sociedade, caso da ligação Santos-Guarujá

O presidente Lula da Silva e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, chegaram a um acordo para a construção de um túnel que ligará as cidades de Santos e Guarujá. Pela negociação, selada nesta semana em Brasília, União e Estado vão dividir os custos e, sobretudo, os louros do empreendimento. O termo de cooperação para o início das obras deve ser assinado em uma cerimônia no litoral paulista para celebrar os 132 anos do Porto de Santos.

O acordo é verdadeiramente histórico. A ligação entre as duas cidades é aguardada há praticamente um século pelos moradores da região. Quase 80 mil pessoas fazem a travessia do canal diariamente por balsas, com filas de espera que variam conforme o fluxo de veículos e as condições climáticas. Cerca de 10

mil caminhões precisam fazer o percurso por rodovia, em um trecho de 45 km.

O túnel terá 1,8 km de extensão e reduzirá consideravelmente o tempo de ligação entre as duas margens da Baía de Santista, região por onde passam nada menos que 30% das exportações e importações brasileiras. É quase inacreditável, portanto, que se tenha levado tanto tempo para resolver um dos maiores gargalos logísticos do País.

É fato que havia dúvidas a respeito da melhor forma de conectar os dois municípios, por túnel ou ponte, mas disputas políticas pela paternidade da obra explicam a maior parte da letargia decisória. Por isso mesmo, é preciso celebrar quando duas das principais lideranças políticas do País conseguem deixar de lado suas diferenças políticas em nome de um bem comum.

Lula da Silva, inicialmente, planejava financiar o túnel com recursos da União, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sem participação do Estado. Tarcísio de Freitas, por sua vez, preferia executar a obra por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP) e ameaçava travar a emissão de licenças se a União seguisse com o plano original.

Tudo se encaminhava para uma batalha que duraria anos e resultaria em mais uma oportunidade perdida. Foi o que ocorreu durante os mandatos de Jair Bolsonaro na Presidência e de João Dória no governo do Estado, ferrenhos adversários que protagonizaram uma disputa política de consequências deletérias para ambos, mas, sobretudo, para a população paulista.

Lula da Silva, a bem da verdade, é mais habilidoso que Bolsonaro. Sem maioria no Congresso, o petista investe na polarização sem deixar de reconhecer a necessidade de negociações entre, segundo suas palavras, “aqueles que não gostamos e os que não gostam de nós”.

Tarcísio, no entanto, oscila entre o pragmatismo que se exige do governador de São Paulo e a fidelidade a um padrinho político que sempre rejeitou peremptoriamente o diálogo com adversários e boicotou negociações compartilhadas entre entes federativos à revelia da própria Constituição.

Este jornal não se furta de criticar o governador quando ele insiste em seguir o receituário populista do bolsona-

rismo, em especial na área de segurança pública. A Operação Escudo, as ações na Cracolândia e sua resistência ao uso de câmeras em fardas policiais desprezam todas as evidências e só podem ser explicadas pela lealdade a Bolsonaro e sua virulenta claqué.

No episódio do túnel entre Santos e Guarujá, no entanto, Tarcísio mostrou que sabe agir como estadista. Foi a Brasília, reuniu-se com Lula e os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, seu colega de partido, o Republicanos.

Tarcísio, ao ignorar os celerosos bolsonaristas que se abespinham toda vez que aparece na foto com Lula, revela-se à altura do cargo e deferente ao espírito constitucional, que incentiva a colaboração entre União, Estados e municípios. Manter um diálogo institucional com o presidente e demais autoridades do Executivo já foi visto como algo natural e deveria ser resgatado.

Não foi a primeira vez que Tarcísio demonstrou ter essa compreensão. Basta lembrar a simbólica caminhada que uniu representantes dos Três Poderes e os governadores na Esplanada dos Ministérios após o episódio do 8 de Janeiro, bem como as ações emergenciais depois das fortes chuvas que atingiram o Litoral Norte no ano passado.

O Brasil será um país bem melhor quando gestos civilizados como esses deixarem de ser notícias excepcionais. ●